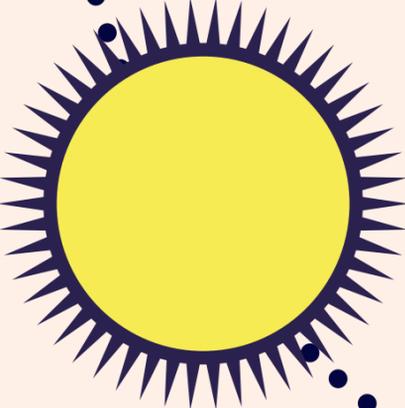


PROFESSORES E ALUNOS AVALIAM PLE



No primeiro capítulo da série de reportagens sobre o Período Letivo Excepcional, docentes e estudantes analisam os três meses de aulas remotas. PLE começou no final de agosto e termina segunda-feira, 16. Comunidade acadêmica encerra o semestre exausta com o excesso de tarefas e a nova modalidade de trabalho.

Páginas 4 e 5



EDITORIAL

2020: O ANO QUE NÃO TERMINA NUNCA?

DIRETORIA

Este é um novembro completamente atípico para todos nós. O cansaço de um ano praticamente vivido através de uma tela, seja a das grandes televisões, seja a dos computadores, ou as mínimas dos celulares, acentua o desgaste de um ano inteiro de trabalho. Temos ainda o agravante de que seu último dia é o início oficial do primeiro semestre letivo de 2020. Lançamo-nos em debates difíceis e em práticas pedagógicas fundadas em um ensino remoto emergencial sem que tivéssemos escolhido ou desejado trabalhar com EaD. Já começa a se desenhar o que foi essa experiência, que na UFRJ ganhou o nome de Período Letivo Excepcional. Alguns relatos de bons resultados, outros quase desesperadores, mas o consenso que começa a se formar é o de que a preparação e a implementação desses cursos têm sido muito mais cansativas do que as dos cursos presenciais. Principalmente porque estamos lidando com um processo completamente novo, com pouco ou quase nenhum suporte institucional, partindo sempre dos recur-

O processo democrático, o direito ao contraditório e, principalmente, as deliberações colegiadas são trabalhosas, mas são o fundamento da vida universitária.

possíveis que dispomos em nossas casas. Com a conclusão do PLE e o lançamento das notas teremos também mais condições de avaliarmos o seu significado para os estudantes, o índice de trancamentos e desistências e quantos de fato conseguiram concluir seus cursos e com qual dificuldade. É um balanço necessário, que a universidade precisa nos fornecer para que também possamos sair das nossas impressões pessoais e assim elaborarmos uma visão crítica do período que atravessamos.

Tendo como pano de fundo os aspectos consensuais sobre o conjunto de nossas atividades durante a pandemia – o aumento da dificuldade para desenvolvê-los plenamente –, iniciamos uma discussão muito produtiva com a CPPD no último Conselho de Representantes. Como mensurar essa dificuldade? Como proteger

o trabalho docente durante o período de excepcionalidade? Como traduzir essas questões para uma resolução de caráter geral que sirva para toda a UFRJ como parâmetro para as progressões, promoções e estágios probatórios? Ainda não há uma proposta em discussão, mas justamente por isso, a reunião foi tão produtiva. Ela levantou elementos para a CPPD que com certeza terá mais dados sobre os quais se debruçar, e em breve essa resolução estará em debate por toda a universidade

Entretanto, não serão apenas esses temas que irão desafiar as instâncias de decisão da universidade. Os diretores dos hospitais da UFRJ solicitaram ao CCS a reabertura de negociações com a Eberh, tema que mobilizou fortemente o corpo social da universidade em 2013, mas que não teve deliberação à época. Numa primeira conversa no FORMAS – onde reunimos as entidades da UFRJ –, numa primeira e rápida avaliação, foi consensual que não podemos nos lançar num debate plebiscitário sobre a Eberh, muito menos num debate que já de saída a aponte como única solução. É preciso primeiro compreender o que se passa com o Complexo Hospitalar, quais as alternativas e quais as consequências de nossas escolhas, principalmente porque nosso corpo social se renovou nesses últimos anos e muitos não têm qualquer informação sobre o assunto.

O processo democrático, o direito ao contraditório e, principalmente, as deliberações colegiadas são trabalhosas, mas são o fundamento da vida universitária. É muito importante que estejamos a par desses debates desde o seu início, para que possamos elaborar de forma crítica e responsável o nosso posicionamento. Daremos a cobertura mais ampla possível sobre o tema, buscando informações consistentes e repercutindo as diversas concepções e posicionamentos. As campanhas plebiscitárias, o sim ou não, podem ser um ponto de chegada necessário. Em particular, no caso da Eberh, que foi retirada de pauta no Consuni e nunca mais retornou para deliberação. Os diretores dos hospitais pedem agora uma decisão, e ela precisará ser analisada em toda a sua complexidade. E seremos chamados a nos posicionar sobre o assunto. Por enquanto, queremos entender o que os levou a essa decisão e nos perguntamos se ela é de fato a única resposta possível. Nas próximas edições, o debate estará aberto. Não deixem de acompanhar, o assunto é importante demais, não pode estar restrito apenas aos interessados imediatos.

UNIDOS CONTRA A INTERVENÇÃO NA UFPB

Os professores da Universidade Federal da Paraíba resolveram paralisar suas atividades por 24 horas, no próximo dia 18. Haverá atos e outras mobilizações na data. A decisão foi tomada nesta sexta-feira (13) em assembleia geral convocada pela AdUFPB, em resposta à intervenção do governo na instituição. A comunidade acadêmica da UFPB perdeu a paz desde que o presidente Bolsonaro nomeou o último colocado da lista tríplice para a reitoria da universidade, dia 5. Os estudantes imediatamente ocuparam a reitoria. No dia 11, o professor Valdeiney Veloso tomou posse do cargo de reitor, mas a comunidade acadêmica deu posse simbólica à reitora eleita, professora Terezinha Domiciano. O reitor interventor foi recebido com chuva de ovos. Os sindicatos que representam docentes e técnicos veicularam nas emissoras de TV e rádios locais uma nota à população contra a nomeação. Veloso foi o último colocado da lista tríplice da UFPB e não obteve votos no colégio eleitoral. Já são 15 as universidades sob intervenção de Bolsonaro.

INTERVENTÔMETRO

(15) **SOFRERAM INTERVENÇÃO:**
Nomeado o 2º colocado:
UFES – UFTM – IFSC

Nomeado o 3º colocado:
Unifesspa – UFRGS – UFFS – UFRB – UFC – UFRSA – UFVJM – UFPB

Nomeado não participou do processo:
UNIVASF – IFRN – UFGD

Nomeado de fora: **CEFET-RJ**

(2) **COM ELEIÇÃO EM ANDAMENTO: UFPel – UFU**

(1) **CASO SINGULAR: UNIRIO** – nomeado não participou da consulta, mas venceu no Colégio Eleitoral

(13) **AGUARDAM DECISÃO DO PRESIDENTE: UnB – UNIR – IFMA – UFPI – UFS – UNIFEI – UFSCAR – IF FARROUPILHA – IF NORTE DE MINAS GERAIS – IF RORAIMA – UFPR – UFPel – UFU**



A UFRJ PERDE UMA DE SUAS PROFESSORAS CENTENÁRIAS

A diretoria da AdUFRJ lamenta o falecimento da professora aposentada Maria Cecília Viana de Barros, da Escola Politécnica, no último dia 9. A centenária professora foi uma das homenageadas na edição especial do **Jornal da AdUFRJ**, que comemorou os cem anos da UFRJ, em setembro. Nascida em 1920, ela foi testemunha das transformações do país no último século e acompanhou o desenvolvimento da maior e mais antiga universidade do país. Foi uma das primeiras mulheres a se tornar professora na Engenharia, numa época em que o ofício e a academia eram praticamente exclusividade masculina. A docente também foi funcionária da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, com atribuições de Serviço Geológico do Brasil. Relembra aqui a história de dona Cecília. <https://bitly.com/9JYPx>

PROFESSOR EMÉRITO

Antonio Gianella Neto, professor aposentado do Programa de Engenharia Biomédica da Coppe, é o novo professor emérito da UFRJ. A atuação do docente foi destacada no Conselho Universitário, dia 12. Gianella foi o primeiro bolsista brasileiro do CNPq a atingir o nível 1A, de absoluta excelência. Também foi o primeiro doutor brasileiro em Engenharia Biomédica. Fundador e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica, o professor também foi um dos fundadores da AdUFRJ e fez parte de sua primeira diretoria.

PESAR POR LUIZ SENISE

O Consuni aprovou moção de pesar pela morte do professor Luiz Senise, da Escola de Música. Concertista reconhecido nacional e internacionalmente, era um expoente do piano brasileiro. O docente faleceu no dia 11, aos 73 anos, em decorrência da covid-19.

Universidades ajustam avaliação docente durante a pandemia

> Recompensar quem faz o ensino remoto e não prejudicar quem ficou sem dar o mínimo de aulas são os desafios que motivaram os colegiados de diversas instituições, segundo levantamento do Jornal da AdUFRJ

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

AS MEDIDAS DAS OUTRAS UNIVERSIDADES

UFRB

- Garante a carga horária máxima de ensino registrada no Plano Individual de Trabalho docente, entre 17 de março e 13 de setembro;
- A partir de setembro, garante aos docentes o direito de registrar três horas de planejamento para cada uma hora de aula ministrada, durante o ensino emergencial;
- Garante o registro adicional de 30% de carga horária como atividades de planejamento aos docentes com filhos em idade escolar;
- Garante o registro adicional de 30% como atividades de planejamento aos docentes que cuidam

UFPA

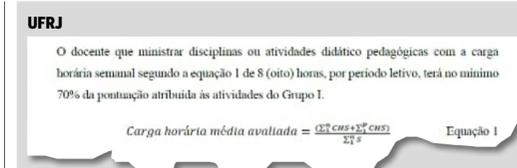
- A pontuação das disciplinas ministradas no Calendário Acadêmico de 2020, por meio remoto ou de forma híbrida, terá acréscimo de 25%;
- O texto detalha a pontuação para atividades complementares desenvolvidas pelos docentes no ambiente remoto, como minicursos, ou de capacitação.

UFPR

- Os docentes que não obtiverem os pontos necessários à progressão/promoção em atividades de ensino no fechamento do seu interstício, desde que munidos do documento de justificativa, terão computada a carga horária obrigatória proporcional ao tempo de atividade.

UnB

- Quando o professor não puder ministrar as aulas remotas, fica suspensa a aplicação de resolução anterior do colegiado que regulamenta a carga horária de ensino na instituição.



vai garantir ao professor completar o tempo mínimo exigido. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) recolhe sugestões para elaborar uma proposta de resolução com normas semelhantes. Na Universidade Federal do Maranhão, a pontuação das disciplinas ministradas no calendário acadêmico 2020, por meio remoto ou de forma híbrida, terá um acréscimo de 25%. A resolução nº 229 do Conselho de Administração local, datada de 10 de julho, também detalha a pontuação para atividades complementares desenvolvidas pelos docentes no meio virtual.

A resolução nº 69 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Paraná, de 23 de outubro, especifica que o docente será considerado apto para progressão ou promoção pretendida se obtiver 80 pontos (que correspondem a oito horas por semana), no interstício de 24 meses. Os docentes impossibilitados de ofertar as disciplinas deverão apresentar justificativa, que será analisada pela CPPD local. A justificativa

CPPD DIALOGA COM ADUFRJ

Os professores Fábio Araujo e Daniella Vale, respectivamente o presidente e a vice-presidente da CPPD da UFRJ, foram os

convidados especiais da reunião do Conselho de Representantes da AdUFRJ, no dia 11. Eles apresentaram o desafio de avaliar o conjunto dos professores da universidade durante a pandemia, com condições muito diferentes entre todos e com um ingrediente a mais: a adesão facultativa ao Período Letivo Excepcional. “Seria injusto publicar que a adesão é opcional e depois dizer que a pessoa não vai pontuar”, observou Fábio.

Daniella Vale apresentou a fórmula elaborada pela CPPD para não prejudicar quem não deu aulas ou deu menos aulas que o mínimo exigido e, ao mesmo tempo, recompensar quem conseguiu ensinar durante o PLE (veja reprodução nesta pá-

gina). O cálculo considera a carga horária semanal do professor somada de 1 a “n”, sendo “n” o número de períodos obrigatórios mais a carga horária semanal do professor, somada de 1 a “p”, sendo “p” o número de períodos letivos especiais, dividido pelo número de períodos, de 1 a “n”, onde “n”, de novo, seria o número de períodos obrigatórios. “Somase toda a carga horária, mas se divide apenas pelo número de períodos obrigatórios”, disse Daniella. Esta proposta já tramita nos colegiados superiores da universidade.

Superada a questão do PLE, a CPPD começou a estudar formas de aperfeiçoar a avaliação dos professores no ensino remoto. Na proposta, cria-se um fator

de multiplicação, por exemplo, para aulas assíncronas. A ideia é contemplar o esforço de preparar a gravação. Outro ponto é minimizar os danos de alguns grupos de docentes especialmente sobrecarregados durante a pandemia, como os pais e mães de crianças em idade de escolar. No Conselho de Representantes, entre várias sugestões, surgiu a preocupação com os “bônus” atribuídos às atividades virtuais, no pós-pandemia. O presidente da CPPD deixou claro que os eventuais acréscimos de pontuação serão limitados ao período em que não há liberação de atividades presenciais. Presidente da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller valorizou o diálogo com a CPPD. “Estamos caminhando muito bem. O texto que vocês trouxeram nem parece um rascunho. Já conseguimos estruturar o problema”, elogiou. As reflexões do Conselho de Representantes vão ajudar a melhorar o documento. “É uma primeira coleta de opiniões para que, depois, o texto vire proposta e siga para o processo institucional de discussão. Isso garante a possibilidade de uma resolução mais sintonizada com os nossos desafios”, completou Eleonora.

MUDANÇAS JÁ APROVADAS

O Consuni já aprovou algumas mudanças na resolução nº 08, de 2014, que rege o desenvolvimento dos professores da UFRJ na carreira. Entre elas, foi revogado o dispositivo que permitia as progressões e promoções múltiplas. Na prática, uma situação que já tinha deixado de existir em função de proibição da Advocacia-Geral da União.

UFRJ MUDA CONCURSOS DOCENTES PARA EFETIVAR COTAS

O Conselho Universitário modificou as regras de concursos para tornar mais diverso o corpo docente da UFRJ. As cotas agora serão aplicadas ao total de vagas ofertadas pela instituição em cada edital. Ou seja, não mais em um determinado setor, como era feito até hoje. A lei prescreve que a ação afirmativa só existe onde há disputa por três vagas ou mais, o que raramente ocorria no modelo atual.

O colegiado aprovou uma forma inovadora para destinar a reserva de vagas para negros (20%) e pessoas com deficiência (mínimo de 5%): as unidades e departamentos que apresentarem a menor

proporção destes grupos terão prioridade. O levantamento ficará sob responsabilidade da pró-reitoria de Pessoal. A unidade que não disponibilizar os dados será considerada a de menor proporção entre todas. Em caso de empate, haverá sorteio público. “Inventamos um sistema que não existe em lugar algum. Vai dar efetividade às cotas”, comemorou Igor Alves Pinto, representante dos pós-graduandos no colegiado e relator do processo.

A resolução, tratada ao longo de várias sessões e finalizada no último dia 10, adequou a linguagem do texto anterior no que diz respeito ao gênero

e também aperfeiçoou alguns dispositivos para ampliar a lisura dos concursos. Um dos exemplos é a formação das bancas avaliadoras, que deverá obedecer a critérios objetivos (de impedimento) e subjetivos (de suspeição). Ficam impedidos de participar de comissões julgadoras parentes até o 3º grau e orientadores de pós-graduação dos candidatos.

Quem integrar a banca e tiver produção intelectual com algum candidato poderá declarar-se suspeito. Houve alteração ainda no tempo da prova de aula, que será entre 40 e 60 minutos – pela regra anterior, de 2018, era de até 50 minutos.

A proposta também previa que a etapa da prova escrita se tornasse opcional para as unidades acadêmicas, o que foi rejeitado em apertada votação (20 contra 19), após bastante debate. “A prova escrita, em geral, não é a melhor forma de fazer a eliminação de candidatos. Devemos selecionar pelo currículo e colocar a prova de aula como ingrediente fundamental”, defendeu o professor Nelson Braga, representante dos Titulares do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza.

“O princípio da impessoalidade é ferido de morte com a retirada da obrigatoriedade da

prova escrita”, disse o professor Flávio Martins, decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. “Caberia à própria banca saber como vai aplicar a prova escrita. Se vai ter uma extensão maior ou menor, um grau de dificuldade maior ou menor. A banca tem autonomia para isso”, completou.

Ao final da sessão, o colegiado prorrogou por seis meses os editais de concursos de professores e técnicos-administrativos que ainda não foram realizados em função da pandemia. Como já foram abertos, eles serão regidos pelas regras anteriores.

(Kelvin Melo)



AVALIAÇÃO DO PLE-1

#OrgulhoDeSerUFRJ

Cansaço é sensação comum aos docentes

> Esforço para adaptar conteúdo de aulas presenciais para o ensino remoto aumentou carga de trabalho dos professores, que terão férias de duas semanas

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

Se a avaliação do Período Letivo Excepcional pudesse ser resumida em uma palavra, pela perspectiva dos professores, ela seria 'cansaço'. Essa é a sensação que atravessa boa parte dos depoimentos de docentes que falam sobre as atividades no período, sobretudo em decorrência da necessidade de adaptar o conteúdo das aulas presenciais ao ensino remoto. Mas se o cansaço é um ponto em comum, as avaliações do PLE podem ser bem diferentes, considerando caso a caso. Há perspectivas otimistas: muitos acreditam que as aulas remotas vão acrescentar conteúdo à vivência das aulas presenciais, quando elas retornarem. E há também duras críticas ao modelo adotado durante o isolamento social.

No começo do período excepcional, o professor Nelson Braga, do Instituto de Física, estava empolgado e ansioso com o trabalho que teria com a elaboração do conteúdo para as aulas. Quase três meses depois, as suas expectativas, boas e ruins, se concretizaram. "O PLE foi uma experiência muito interessante,

mas deu muito trabalho. O trabalho neste semestre foi umas quatro ou cinco vezes maior", disse o professor. O saldo, na avaliação de Nelson, foi positivo, sobretudo pela boa participação dos alunos nas atividades. Para o professor, o material criado para as aulas remotas poderá ser usado quando as aulas voltarem a ser presenciais, como conteúdo complementar ao da sala de aula. "Estou convicto de que os alunos aprenderam bastante coisa da disciplina. Se comparar ter feito isso com não ter feito nada, o lucro foi gigantesco", celebrou.

"Eu tive que mudar completamente a minha forma de lecionar", contou a professora Walcy Santos, do Instituto de Matemática. Terminado o período, sua avaliação é positiva. A mudança foi uma exigência da própria disciplina, Geometria I, uma cadeira do primeiro semestre. O resultado da dedicação foi um engajamento maior da turma, que chegou ao fim do PLE com quase 30 alunos. "Eles começaram tímidos, falavam só pelo chat. Mas ao longo do curso se abriram mais, o que melhorou muito as aulas síncronas", disse a professora, que foi construindo uma relação com a turma ao longo do curso. "Foi



"O PLE foi uma experiência muito interessante, mas deu muito trabalho. O trabalho neste semestre foi umas quatro ou cinco vezes maior"

NELSON BRAGA
Professor do Instituto de Física

um relacionamento muito bom durante todo o processo". Walcy também precisou adaptar o material para as aulas, mas agora o conteúdo deve ser utilizado novamente, já que ela vai oferecer a disciplina no próximo período.

A professora Hilda Petrs, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, não contou com o mesmo engajamento, e admitiu só pelo chat. Mas ao longo do curso se abriram mais, o que melhorou muito as aulas síncronas", disse a professora, que foi construindo uma relação com a turma ao longo do curso. "Foi

contou a professora. Na opinião de Hilda, os alunos foram se ajustando ao curso, já que faziam as atividades assíncronas propostas. "Acho que cada um foi se adaptando. E como as turmas eram grandes, eu tentei deixá-los livres, para ver como funcionaria. Mas eu senti falta de *feedback*", confessou a professora, que achou a experiência "um pouco fria".

A busca por uma participação maior dos alunos, mesmo que mediada pela tecnologia, foi um fator de desgaste para o professor Pedro Lima, da Ciência Política. Especialmente nas aulas síncronas, que trazem uma novidade que não tem paralelo na sala de aula: o chat. "Quando aparecia um comentário no chat sobre a aula, eu via como um certo imperativo responder. É mais atenção que você precisa ter, então é uma coisa que acumula para te exaurir", explicou. Pedro acha que as aulas remotas funcionaram, mas que não há comparação com a sala de aula. "Você perde muito quando não está trocando, mesmo que sejam olhares, com os alunos. É uma aula que perde essa interação em termos de participação dos alunos".

Mas o PLE também foi alvo de críticas de professoras. Na Fa-

culdade de Letras, os docentes publicaram esta semana uma carta de avaliação do período excepcional. O documento repudiava a substituição das férias por um recesso, e sua curta duração, previsto para as duas semanas que separam o fim do PLE e o começo do período 2020.1. O texto denuncia o adoecimento de docentes expostos a uma sobrecarga de trabalho e aponta a precarização da situação dos professores substitutos. "Todos os sacrifícios a que nos expusemos até aqui tiveram como objetivo diminuir ao máximo o impacto da pandemia sobre o ensino que oferecemos aos nossos alunos. O que não podemos, enquanto comunidade acadêmica, é aceitar que um momento de exceção se torne regra", diz a carta.

Para o professor Felipe Rosa, do Instituto de Física e vice-presidente da AdUFRJ, a UFRJ, idealmente, poderia haver um calendário com um espaço maior entre o PLE e 2020.1. Mas ele aponta que outros vínculos foram levados em consideração, como o interesse da reitoria e de outros setores de que a universidade não perdesse o próximo SiSU, na montagem do calendário. "A pergunta-chave é se vai valer a pena fazer esses períodos corridos para pegar os alunos do SiSU. Acho que isso a gente vai debater depois", analisou Felipe. Para ele, a dinâmica das discussões políticas sobre o PLE criou uma solução que acabou sendo ruim. "Teria sido melhor que o PLE não estivesse existindo como um período extra. A maneira como essas discussões ocorreram no colegiado de graduação não foram as mais saudáveis, havia um grupo de conselheiros e conselheiras pouco preocupado com o funcionamento da universidade, infelizmente", observou.

DEPOIMENTO | JÚLIA ÁVILA FRANZONI, PROFESSORA DA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

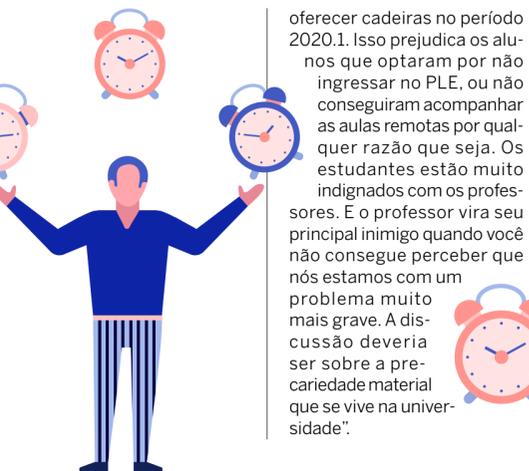
"OS ALUNOS TINHAM DIFICULDADE EM SE ENGAJAR NAS AULAS"

"O centro da discussão sobre aulas remotas deveria estar no cuidado com os professores e, sobretudo, com os alunos, diante do cenário de pandemia que enfrentamos. Um problema de

saúde pública não pode reverter para dentro da universidade soluções com uma métrica de eficiência que não leva em conta a centralidade da questão da saúde. Dei duas disciplinas obrigatórias de primeiro período para mais de 120 alunos. Eles estavam sobrecarregados com a diversidade de plataformas, os chips oferecidos pela universidade não foram suficientes para atender à demanda. Os alunos tinham dificuldade em se engajar nas aulas e estudantes com deficiência não conseguiram acompanhar o curso. Tudo isso gerou uma sobrecarga para outros professores. Tem um problema grave no PLE, que é

a ausência de uma política de cuidado e de uma estratégia mais efetiva de construir uma metodologia de ensino. A aprovação do calendário de 2020.1 e 2020.2 sem uma avaliação do que foi o período excepcional é um absurdo, especialmente diante da mudança que permitiu a equivalência entre o PLE e 2020.1. O PLE foi criado como facultativo para estudantes e professores, e a mudança cria problemas em unidades que, como a Faculdade Nacional de Direito, fizeram uma oferta massiva de disciplinas, porque com a equivalência os professores estariam liberados de

oferecer cadeiras no período 2020.1. Isso prejudica os alunos que optaram por não ingressar no PLE, ou não conseguiram acompanhar as aulas remotas por qualquer razão que seja. Os estudantes estão muito indignados com os professores. E o professor virá seu principal inimigo quando você não consegue perceber que nós estamos com um problema muito mais grave. A discussão deveria ser sobre a precariedade material que se vive na universidade".



AVALIAÇÃO DO PLE-1

#OrgulhoDeSerUFRJ

Suporte da UFRJ foi fundamental para alunos

> Estudantes avaliam que PLE foi alternativa possível e bem-sucedida na pandemia. Segundo eles, chips oferecidos pela universidade foram importantes para a conexão às aulas virtuais

KIM QUEIROZ
comunica@adufrrj.org.br

Mais uma etapa de desafios foi vencida. O Período Letivo Excepcional (PLE) da UFRJ começou carregado de dúvidas, mas com o objetivo comum de retomada das atividades de ensino da universidade. No começo desse processo, o **Jornal da AdUFRJ** fez uma matéria para descrever a adaptação de cinco estudantes de cursos diferentes ao ensino remoto. Com a conclusão do período, a avaliação destes mesmos alunos é de um cansaço inevitável, mas de uma experiência bem-sucedida.

"Do meu ponto de vista, como aluna, eu não mudaria nada no PLE", comenta Victoria Cristina, de 21 anos, estudante de Enfermagem. Victoria elogia o desempenho dos docentes no desenvolvimento das atividades e atendimento das turmas. "Em uma disciplina tive avaliações semanais, e em outra montei um artigo científico ao longo de 12 semanas. Foram avaliações bem estruturadas e condizentes com as matérias, e com os professores sempre dando atenção a todos".

Ela conseguiu concluir as três disciplinas em que se inscreveu,



ÍCARO E LUCIANA dividem mesmo ambiente de trabalho e estudo

e afirma não ter tido dificuldade em acompanhar as aulas. "Tenho um bom acesso à internet, tanto em casa quanto no Fundão, através da minha iniciação científica, e um ambiente favorável para estudar. Não tive dificuldades", conta.

A acessibilidade foi uma das principais preocupações da reitoria antes de dar início ao ensino remoto. Denildo Vidal, de 27 anos, atualmente em Vale Verde, distrito de Porto Seguro (BA), demorou mais de um mês para receber o chip oferecido pela universidade, devido à greve dos Correios. "A internet aqui era horrível, mas o chip e o modem que a universidade me ofertou foram uma ajuda enorme", relata.

Próximo de concluir o curso de Design, Denildo realizou apenas

uma disciplina, e não precisou recorrer à internet na casa da irmã, 60 quilômetros distante, para assistir às aulas, como temia no início do período. "Minha dúvida era sobre o limite de dados do chip, mas mesmo após estourar a franquia de 50 GB eu consegui continuar acessando, apenas de forma mais lenta. O meu uso principal era para pesquisa, então funcionou e eu fiquei bem satisfeito".

O chip também atendeu às necessidades de Eduarda Vasconcelos, de 21 anos, estudante de Nutrição do campus Macaé. "Como não recebi o modem, eu roteava a internet do celular para o computador. Talvez por isso a internet às vezes ficava mais lenta, mas consegui fazer tudo com exatidão".

Segundo ela, a oferta de disci-

plinas do PLE deixou a desejar. "Eu estou no 5º período e não pude fazer nenhuma matéria obrigatória. E só consegui vaga em uma eletiva do meu curso, pois eram poucas disciplinas e poucas vagas", critica. Contudo, ela elogia a interação entre alunos e professores de unidades distintas trazida pelo ensino remoto. "A gente tá podendo se misturar virtualmente, enquanto presencialmente não teria essa mesma oportunidade".

As atividades extracurriculares colocaram a estudante de Geologia Diana Tabach, de 21 anos, em uma rotina de conciliação de tarefas. A dificuldade de concentração aumentou, mas ela conseguiu concluir as três disciplinas em que se inscreveu, e atender às demandas do estágio. "No PLE, todas essas atividades se resumiram a ficar sentada na frente do computador", pontua. Diana considera que a UFRJ deveria ter optado por uma plataforma única a ser usada por todos os docentes. "Acho que teria sido bom unificar, e não deixar que os professores usassem a plataforma que quisessem para as aulas e atividades".

O ambiente caseiro não diminuiu o cansaço da rotina universitária. "Mesmo quando fiz mais

disciplinas na forma presencial, eu achava menos cansativo, pela separação maior entre o ambiente de trabalho e o ambiente de lazer", aponta Ícaro Sol, de 21 anos, estudante de Engenharia Elétrica. Filho da professora Luciana Salgado, do Instituto de Matemática, Ícaro presenciou também os bastidores e os novos desafios da vida docente. "Para gravar aulas, por exemplo, vi a dificuldade dela em aguarde o silêncio da rua. Esse aspecto do barulho também foi ruim em momentos em que eu estava fazendo algumas provas", diz.

Apesar do estranhamento de todos com o novo contexto, os alunos concordam que a experiência do PLE foi satisfatória. "Não sei como poderia ser diferente disso, pois nessa situação atípica as mídias digitais foram a forma de mantermos o contato com os professores, colegas e continuar estudando, mesmo sem acesso direto à biblioteca", avalia Ícaro. Para ele, o debate acerca do calendário foi o que conturbou mais a situação dos estudantes. "Com essas mudanças todas ficamos sem saber exatamente o que iria acontecer. Acho que poderiam ter cumprido com o que foi acordado antes, ao invés de mudar a regra no meio do jogo".

DEPOIMENTO | KIM QUEIROZ, ESTUDANTE DA ECO E ESTAGIÁRIO DA AdUFRJ

"TAMBÉM SOFREMO COM OS OBSTÁCULOS DAS RELAÇÕES VIRTUAIS"

A vida universitária me traz surpresas a cada período. Mesmo diante das experiências mais diversas que vivi na Escola de Comunicação, desde 2017, nunca imaginei que o ensino remoto faria parte da minha graduação. Agora, com o final deste Período Letivo Excepcional, não restam dúvidas da minha preferência pelo presencial.

Neste momento em que a alfabetização virtual se faz necessária para todos, frases como "professor, seu microfone tá desligado" passaram a ser correntes. Logo, as travadas de conexão foram naturalizadas como parte da nossa escuta. A aceitação de só mais uma das

tantas travas impostas pela pandemia. E mesmo nós estudantes, já nascidos em um mundo digital, também sofremos com os obstáculos das relações virtuais.

Incontáveis horas gastas frente à tela, entre aulas, textos e avaliações. Muitas vezes, com uma postura corporal quase estática ao longo do dia. Um semestre vivido sem nenhuma gargalhada nos corredores do Palácio Universitário. No máximo, algumas risadas tímidas com o microfone desligado. Os olhos cansados quando chega a noite. A concentração interrompida pelos afazeres domésticos. A família. O namoro. A exaustão emocional. O sono.

Consciente desses desafios, puxei três disciplinas no PLE, e tranquei uma delas logo no início. Se não fossem as aulas assíncronas, talvez não tivesse conseguido concluir nenhuma. Estagiar na Equipe de Comunicação da AdUFRJ é uma oportunidade singular que tem preenchido boa parte dos meus dias. Para fazer jus ao Jornalismo, missão inédita para mim, são horas de dedicação diária, repleta de um aprendizado prático muito valioso.

Apesar das adversidades, admiro o empenho da UFRJ em retomar as atividades do ensino da maneira mais democrática possível. Vi o esforço de grande



parte dos professores em se reinventar nessa experiência, o que motivou muitos de nós a não abandoná-la. Nesta quarentena, nos vemos cercados por refeições a serem feitas e referências a serem lidas. Uma rotina de inintermitentes demandas pessoais e tarefas a serem cumpridas. Não posso negar, sinto sauda-

dade do espaço físico da universidade. Principalmente das histórias que nascem lá, no calor dos encontros vividos dentro e fora da sala de aula. Hoje, o tempo gasto no computador é uma travessia diária, que por vezes cansa mais do que os deslocamentos pela cidade.

Mas esse experimento do ensino remoto exige de nós resiliência. E é por isso que ele reforça, para mim, a importância dos laços. Pois tanto os conflitos e afetos do convívio familiar, quanto a perseverança da Ciência em manter a sua chama acesa, servem para provar que as dificuldades também podem nos unir.

Diretores de hospitais da UFRJ querem aderir à Ebserh

> Por 21 votos a 8, Conselho do CCS decidiu solicitar à reitoria abrir discussão sobre o tema. Técnicos e estudantes já se mobilizam contra. Das 35 universidades com hospitais universitários, apenas três não estão na Ebserh

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Sete anos depois de a discussão ter sido suspensa na UFRJ, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) volta a ser assunto na universidade. Diretores dos hospitais universitários que compõem o Complexo Hospitalar, asfixiados financeiramente e com dificuldades na gestão de pessoal, pediram à decania do Centro de Ciências da Saúde que solicite à reitoria a retomada das discussões e negociações com a empresa.

O pedido foi debatido e aprovado no Conselho de Centro do CCS, na segunda-feira (9). Por 21 votos favoráveis e 8 contrários – sendo 2 de professores –, os conselheiros decidiram solicitar à reitoria a retomada do polêmico assunto.

A decisão do CCS repercutiu na última reunião do Conselho Universitário, no dia 12. O tema não estava na pauta, mas surgiu no momento do expediente. “A gente sabe que a Ebserh não deu certo nas universidades, tanto na precarização dos hospitais, quanto nas condições de trabalho dos servidores desses hospitais”, afirmou a estudante Julia Vilhena. “Retomar esse debate, ainda mais no governo Bolsonaro, é muito grave”.

A conselheira Ana Célia Silva, da bancada dos técnicos-administrativos, também se posicionou contra a empresa. Ela chamou de “debate monocrático” a proposta de reabrir as negociações. “Como servidora do hospital, acompanho muito preocupada essa movimentação usando os mesmos argumentos que foram derrotados em 2013”.



“Há mais de sete anos, o que nós tivemos foi a retirada do tema da pauta. Não houve uma decisão, nem que sim, nem que não. O debate precisa acontecer. A UFRJ tem que tomar uma decisão”

LUIZ EURICO NASCIUTTI
Decano do CCS

O Sintufrrj se manifestou no colegiado. “Nós decidimos fortalecer nosso Complexo Hospitalar como alternativa à Ebserh”, disse Gerly Miceli, coordenadora do sindicato. “Somos contra a Ebserh e qualquer coisa que ameace a autonomia universitária. O general que hoje é presidente da Ebserh quer discutir a gestão plena dos hospitais universitários”.

Sem citar a empresa, a reitora Denise Pires de Carvalho afir-

mou que em breve o Consuni vai debater o novo regimento do Complexo. “Apresentaremos dados para que toda a comunidade discuta de maneira dialógica nosso Complexo Hospitalar, porque ele gera muito conhecimento para além dos atendimentos que são prestados à sociedade”.

Um dia antes do Conselho Universitário, as entidades que compõem o FORMAS (Fórum de Mobilização e Ação Solidária) – DCE, Sintufrrj, APG e AdUFRJ – debateram o assunto. O grupo chegou a um consenso inicial de que a universidade, antes de avaliar a Ebserh, discuta a realidade concreta do Complexo Hospitalar, estude os dados e analise alternativas.

Ouvindo pelo **Jornal da AdUFRJ**, o decano do CCS, professor Luiz Eurico Nasciutti, acredita que os gestores dos hospitais estão se vendo sem saída. “Estão com problemas seríssimos. Os diretores fizeram uma sequência de reuniões, se inteiraram da situação de outros hospitais, fizeram um relatório detalhado sobre cada um dos hospitais da UFRJ. E a situação é realmente muito precária”, conta o decano. “Se não tivermos os recursos, hospitais podem fechar leitões a partir de janeiro”, afirma o dirigente.

Nasciutti é favorável ao pedido dos diretores. “Há mais de sete anos, o que nós tivemos foi a retirada do tema da pauta. Não houve uma decisão, nem que sim, nem que não. O debate precisa acontecer. A UFRJ tem que tomar uma decisão”, considera.

Em todo o Brasil, das 35 universidades que possuem hospitais de clínica universitários, apenas a UFRJ e as federais de

São Paulo e do Rio Grande do Sul não aderiram à empresa.

RELEMBRE O IMBRÓGLIO

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, vinculada ao Ministério da Educação, foi criada em dezembro de 2011, no primeiro governo Dilma Rousseff. A ideia era melhorar a gestão de pessoal dos hospitais universitários, além de centralizar seu financiamento e compras. As discussões na UFRJ começaram em 2012 e se intensificaram em 2013. Em março daquele ano, a gestão do professor Carlos Levi fez uma rodada de audiências públicas por toda a universidade sobre a adesão à empresa. Esses debates se estenderam até maio. A partir dali seriam iniciadas as sessões do Conselho Universitário que analisariam a minuta de contrato entre a Ebserh e a universidade.

A primeira sessão do Consuni para deliberar sobre o tema aconteceu em 13 de maio, mas as comissões permanentes do Consuni avaliaram que o tempo era insuficiente para que produzissem pareceres sobre o assunto, uma vez que a própria Ebserh não teria apresentado dados suficientemente claros para que houvesse uma decisão. Nova sessão foi marcada para 23 de maio. Depois de horas de discussão, os conselheiros chegaram à conclusão de que não poderiam aprovar ou recusar a empresa sem conhecerem a situação dos hospitais universitários. Foi aprovada a criação de uma comissão que teria 60 dias para fazer um diagnóstico das unidades de saúde. O grupo só foi constituído em 11 de junho.

Em 22 de agosto, a comissão entregou o relatório da situação

dos hospitais. Paralelamente, um grupo de conselheiros subcreveu uma proposta alternativa de gestão para os hospitais da UFRJ, com apoio da AdUFRJ, do Sintufrrj, do DCE e da APG. A Fasubra – federação nacional que representa os técnicos-administrativos – também apresentou uma proposta para gestão dos HUs.

Em 29 de agosto, houve nova sessão do Consuni para debater as propostas alternativas. Estudantes realizaram atos do lado de fora e dentro da sala de conselho. Não houve decisão. Dia 5 de setembro, as comissões permanentes apresentaram pareceres sobre as diversas propostas apresentadas ao colegiado. Não houve consenso. A sessão tumultuada foi interrompida com o início de agressões físicas e verbais. O reitor Carlos Levi saiu vaiado.

Com o desgaste, o reitor decidiu marcar uma nova sessão sobre o tema apenas para o dia 26 de setembro. Desta vez, no auditório do CT. Mais de mil pessoas acompanharam a reunião. O então pró-reitor de Pessoal Roberto Gambine surpreendeu com outra proposta para a gestão de pessoal dos hospitais. A discussão mais uma vez não chegou a uma conclusão. O reitor Carlos Levi, ao final da sessão, se comprometeu a construir um modelo de gestão que “atendesse às necessidades atuais graves” dos hospitais e que “unificasse e ampliasse” o entendimento na universidade. A gestão do professor Levi terminou em julho de 2014, sem que houvesse uma definição sobre a Ebserh. O tema também não foi discutido na gestão do professor Roberto Leher, que deixou a reitoria em julho de 2018.

Portal de Periódicos da Capes completa 20 anos

> Plataforma tem quase 50 mil publicações e é considerada uma das maiores bibliotecas virtuais do mundo. Rico acervo contribui para o desenvolvimento da pesquisa científica no país



KIM QUEIROZ
comunica@adufrrj.org.br

Um acervo amplo e essencial para o desenvolvimento da ciência brasileira. Assim pode ser definido o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que completou 20 anos no dia 11 de novembro. A plataforma reúne e disponibiliza para instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica nacional e internacional, e é considerada uma das maiores bibliotecas virtuais do mundo. Ao todo, são mais de 49 mil periódicos em texto completo, 135 bases referenciais, 12 bases de patentes, material audiovisual, relatórios, enciclopédias, dissertações e estatísticas, entre outros documentos. Em 2019, a plataforma recebeu mais de 512 mil acessos por dia.

“Antes, cada instituição comprava as revistas científicas que podia para compor as suas bibliotecas”, lembra Ildeu Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Na UFRJ, onde Ildeu se formou doutor em Física, o acesso às publicações ainda era muito superior do que em outras universidades. “As pessoas que trabalhavam em outras regiões do país tinham uma dificuldade imensa, às vezes por falta de recursos, ou mesmo pelo atraso de chegada das revistas”.

O surgimento do portal da Capes proporcionou uma distribuição mais igualitária das pesquisas científicas. “Agora, uma pessoa da pós-graduação de qualquer região do país consegue ter acesso a grande parte dos periódicos que ela necessita”, conta Ildeu. Além disso, o professor destaca o papel fundamental do portal no crescimento da produção científica brasi-

leira. “Ele estimula e atualiza os pesquisadores, que conseguem passar rapidamente de uma referência para a outra, sem precisar mais esperar meses pela chegada de uma cópia”, explica.

Ildeu comenta as transformações provocadas pela plataforma. “As pessoas iam muito mais nas bibliotecas. Hoje, os pesquisadores ficam nas suas salas e entram no portal para ver o que precisam”, diz. Ainda assim, ele acredita que a mudança também traz riscos. “Se a Capes não assinar com as editoras dos periódicos, a gente fica sem essa informação. Além de que o conhecimento digitalizado também pode ser perdido”, acrescenta. Por isso, Ildeu pondera a importância de se manter uma base física desse acervo.

O conteúdo completo é livre aos estudantes, professores e funcionários vinculados oficialmente a uma das mais de 400 instituições com programas de pós-graduação reconhecidos pela Capes. O acesso é autorizado a partir do registro do IPs da instituição, sem cadastros pessoais. Usuários de outras instituições podem acessar, por meio de qualquer computador, o conteúdo aberto e gratuito disponível no Portal, ou também se dirigir a uma instituição participante para verificar as condições de uso dos periódicos assinados pela Capes.

“O Brasil tem periódicos das mais diversas áreas que estão em situação muito difícil de sobrevivência”, aponta Ildeu. O professor ressalta que muitos desses periódicos têm uma repercussão internacional significativa, mas necessitam de políticas de apoio para se manter. “Mesmo os que passaram a ser exclusivamente digitais,



“Ele estimula e atualiza os pesquisadores, que conseguem passar rapidamente de uma referência para a outra, sem precisar meses pela chegada de uma cópia”

ILDEU MOREIRA
Físico e presidente da SBPC

evitando gastos com impressão, precisam de recursos para secretaria, tradução, edição, e assim continuarem a existir”, alerta.

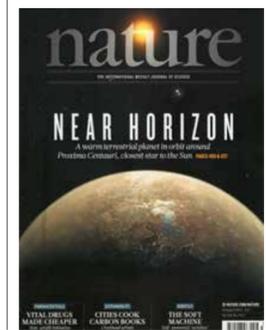
As ameaças de cortes na Educação preocupam os pesquisadores. “É muito importante que o financiamento do Portal de Periódicos da Capes se mantenha, para possibilitar à comunidade acadêmica o acesso gratuito a essas bases de dados”, afirma Ariane Roder, superintendente acadêmica de Pesquisa da PR-2 da UFRJ. “Sem ele, o acesso de muitas pessoas vai ser inviabilizado, pois as assinaturas desses periódicos são caríssimas”, completa.

A UFRJ tem um portal com os periódicos produzidos dentro da própria universidade, mas que também já estão indexados no portal da Capes. “Todos os nossos periódicos já foram aprovados no padrão de qualidade da Capes”, destaca Paula Abrantes, coordenadora do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SIBI). Segundo ela, a

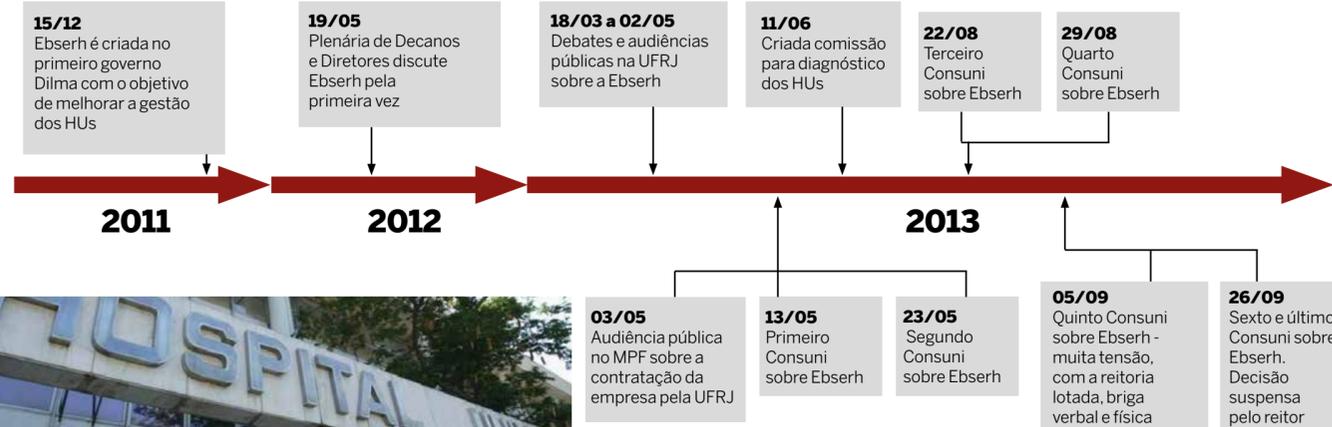
UFRJ é uma grande defensora e difusora do portal da Capes.

“Nós fomos uma das universidades que mais colaborou com a criação desse portal. No início, ainda faltavam muitos títulos que não existiam em modo eletrônico, mas com a sua expansão, o portal hoje abrange todas as áreas do conhecimento”, pontua. Paula considera o portal imprescindível para a comunidade acadêmica. “Ele se transformou na principal ferramenta de pesquisa no Brasil, pois substituiu com qualidade as aquisições descentralizadas”.

Há duas décadas, o portal da Capes foi criado com o intuito de unificar a organização do material de periódicos eletrônicos. “Na época, já havia um número considerável de editoras que ofereciam periódicos no meio digital”, conta Paula. “Com isso, as instituições de ensino e pesquisa pararam de gastar os seus orçamentos com as assinaturas, pois foi feita uma assinatura única em um portal acessível de forma democrática para as universidades”, conclui. O portal pode ser acessado pelo endereço <https://www.periodicos.capes.gov.br/>



LINHA DO TEMPO



NOTAS

FACULDADE DE FISIOTERAPIA

O Departamento de Fisioterapia da Faculdade de Medicina cresceu e se transformou na mais nova unidade do Centro de Ciências da Saúde. A agora Faculdade de Fisioterapia foi aprovada por aclamação no Conselho Universitário. “É um privilégio para mim participar da criação da Faculdade de Fisioterapia, que será sem dúvida mais um centro de excelência da nossa universidade”, disse o decano do CCS, professor Luiz Eurico Nasciutti. “Todos sabem que tive covid-19 e minha recuperação tem sido graças à fisioterapia”, completou.

PDI: PRAZO ATÉ DIA 30

A reitoria estendeu até 30 de novembro o prazo para contribuições coletivas ao Plano de Desenvolvimento Institucional, a pedido da AdUFRJ e do Sintufrrj. O documento contém as diretrizes que deverão ser seguidas pela universidade nos próximos cinco anos. As contribuições individuais foram recebidas até o dia 13 de novembro. Mais informações em pdi.ufrj.br.



TRABALHO NA PANDEMIA

A PR-4 informou, no Consuni, que as unidades e decanias que precisarem de chips de dados para acesso à internet poderão solicitar o item junto à pró-reitoria. Também houve pedido para que docentes e técnicos atualizem seus dados cadastrais no Sistema Integrado de Gestão Pública (Sigeap). A medida ajudará a universidade na elaboração de medidas de controle da covid-19 para a comunidade interna.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A UFRJ aprovou a criação da Superintendência Geral de Relações Internacionais. O novo órgão, ligado diretamente ao gabinete da reitora, terá foco na internacionalização das ações da universidade, tanto no aspecto administrativo, como no acadêmico. Estudantes de Relações Internacionais festejaram a decisão. E por falar em internacionalização, a reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho, é a nova presidente do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras. Ela substituiu no cargo a professora Marcia Abrahão, reitora da UnB.

RÁDIO DA UFRJ GANHA PRÊMIO POR SÉRIE SOBRE A COVID-19

> Conjunto de reportagens abordando diversos aspectos da pandemia levou emissora a ser reconhecida com o I Prêmio Rubra de Rádio Universitário em seu primeiro ano de atividade

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrj.org.br

Em seu primeiro ano de funcionamento, a Rádio UFRJ foi reconhecida no I Prêmio Rubra de Rádio Universitário por sua cobertura jornalística da pandemia. O anúncio foi feito no dia 2/11, após a análise de 31 trabalhos de todo o país.

O programa Especial Coronavírus, uma série de reportagens, foi vencedor na categoria Reportagem Especial e obteve o terceiro lugar na categoria Podcast. “Em cinco categorias, ganhamos dois prêmios. Estamos muito felizes pelo reconhecimento do trabalho da Rádio UFRJ no enfrentamento à desinformação sobre o coronavírus. A universidade foi protagonista no enfrentamento da pandemia, e a gente fez questão de participar desse movimento”, diz o professor e coordenador do Núcleo de Rádio e TV (NRTV) da UFRJ, Marcelo Kischinhevsky.

Em março, com a mudança de protocolos ocasionada pela chegada da pandemia no Brasil, os planos para a Rádio UFRJ tiveram que mudar. “ Fizemos uma reunião da equipe de produção e decidimos que, apesar de todas as dificuldades de infraestrutura, produziríamos conteúdos sobre a pandemia durante esse período de isolamento”, lembra Kischinhevsky. “A coisa foi se estendendo e a gente acabou produzindo um material vasto, mais de 100 reportagens sobre a pandemia desde março. Saímos de quatro usuários únicos no site para mais de 4 mil”, explica o professor. No mês passado, o podcast Informação & Conhecimento atingiu mais de 50 mil downloads. Todo o conteúdo está disponível no site e no agregador Spreaker, de onde é distribuído para diversas plataformas (Spotify, Deezer, Apple Podcasts e Google Podcasts, entre outras). Integram a equipe vencedora dois estudantes da Escola de Comunicação, bolsistas da rádio, Pedro Doba e Eliandra Bussinger, e os colaboradores Liana Monteiro, Anelize Kosinski e Patrícia da Veiga.

TRABALHO COLABORATIVO

A Rádio UFRJ desenvolveu métodos para gravar em casa sem os equipamentos apropriados, como gravador digital, microfones e mesa de som. “Criamos uma

série de protocolos via grupo de WhatsApp, de compartilhamento de material via Drive e de gravação e edição de material dentro de parâmetros iguais para todo mundo”, conta Kischinhevsky. Segundo ele, a rádio ficou mais colaborativa do que nunca devido aos imprevistos. “Foi muito desafiador fazer o trabalho, tipo gravar dentro do armário ou com o colchão na parede para não reverberar o áudio”, lembra. Outro desafio foi a busca por pautas diferenciadas. “A ideia foi de fazer essa cobertura especial sem buscar as informações que circulavam na grande imprensa, buscando pautas exclusivas, atuando como uma mídia universitária deve atuar”, explica Kischinhevsky.

Além do podcast Informação & Conhecimento, outras 25 iniciativas foram aprovadas no edital de produção lançado este ano pelo NRTV e incluídas na programação da Rádio UFRJ. Uma delas é o programa AdUFRJ no Rádio, que estreou no dia 16 de outubro e vai ao ar todas as sextas-feiras, às 10h, com reprise às 15h, pelo site radio.ufrj.br. A atração é dividida em dois blocos. O primeiro discute as principais notícias da semana, sobretudo temas ligados à Educação, Ciência, Arte e Política. O segundo bloco é o “Café com Ciência e Arte”, um papo descontraído com um professor convidado para falar sobre a sua rotina de trabalho. Para o coordenador da Rádio UFRJ, a AdUFRJ é uma grande parceira. “É um ator muito relevante dentro da universidade e tem uma preocupação muito grande com a comunicação. Ter a AdUFRJ na grade de programação é um privilégio. A gente espera que esteja sempre nas chamadas públicas, renovando e fazendo um programa cada vez melhor”, destaca Kischinhevsky.

Sobre a chamada pública para participação na rádio, o professor acredita ser um esforço na direção da democratização da comunicação. “A rádio não pode ser feita por uma, duas, três pessoas. Tem que ser feita pelo coletivo, senão não é a Rádio da UFRJ”, afirma. As chamadas vão ser abertas anualmente, mas isso não quer dizer que quem entrou na primeira está automaticamente renovado. “As pessoas podem renovar ou não. A ideia é ter uma chamada até março para a temporada de 2021. Vamos lançar essa convocação para atores internos e externos à universidade”, explica.

Atualmente, no Brasil, existem 108



“A mídia universitária, como um todo, tem o papel e o dever de ajudar a diversificar as fontes de informação da população”

MARCELO KISCHINHEVSKY
Professor e coordenador do NRTV

rádios universitárias mapeadas entre públicas, privadas, confessionais e comunitárias. A maioria é de universidades públicas federais e estão em FM. “Essas rádios são fundamentais para a própria democracia. É um integrante do campo público, mesmo que a universidade seja privada e que seja confessional. No

caso de AM e FM, elas estão operando num espectro de radiofrequência, então têm de prestar um serviço público e ter finalidades educativas e culturais”, diz Kischinhevsky. “A mídia universitária, como um todo, tem o papel e o dever de ajudar a diversificar as fontes de informação da população”, opina. Segundo ele, em alguns lugares, a rádio universitária é a única fonte de informação. “Porque só tem mídia comercial e às vezes nem sequer produção de conteúdo local tem”, explica. No Rio de Janeiro, Kischinhevsky espera que a Rádio UFRJ desempenhe esse papel quando estiver funcionando em FM, daqui a um ano. “Principalmente porque a única rádio universitária no Rio de Janeiro registrada está sob o comando de uma igreja evangélica, foi arrendada”, justifica.

Já premiada em seu primeiro ano de vida, a Rádio UFRJ vem ampliando seus horizontes. Uma das iniciativas mais recentes é o projeto Democracia Digital, que reúne a agência de checagem Lupa, o Instituto de Tecnologia & Equidade e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, com apoio do WhatsApp e dos tribunais regionais eleitorais de todo o país. “Nós e mais dez rádios universitários do Brasil estamos fazendo essa parceria para combater a desinformação nas eleições municipais”, explica Kischinhevsky. As informações checadas são distribuídas gratuitamente com apoio do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, o IDP. “A gente recebe o material da Lupa e faz a versão radiofônica dessas checagens, para circular e ter um alcance com outro público via áudio”, conta o professor.

NOTA DA ASSESSORIA JURÍDICA SOBRE O CORTE DOS 26,05%

A assessoria jurídica da AdUFRJ divulgou nota para explicar a situação dos 26,05% (Plano Verão de 1989), ganho judicial recebido por aproximadamente cinco mil professores ativos e aposentados. Apesar da resistência do sindicato, o corte virá

no próximo contracheque. A AdUFRJ apresentará novos recursos aos tribunais superiores.

Segue a íntegra da nota:

“Prezado professor,
Após conseguirmos uma de-

cisão da 10ª Vara Federal, em fevereiro de 2020, que impedia o corte dos 26,05%, a UFRJ apresentou novo recurso ao Tribunal Regional Federal. Em sessão realizada em setembro, o tribunal, infelizmente, acolheu o recurso da UFRJ e decidiu pelo

não cabimento da manutenção do pagamento do percentual (o tribunal entendeu que os valores do Plano Verão já foram absorvidos por outros reajustes). A AdUFRJ apresentou recurso (embargos de declaração) à 5ª Turma do Tribunal Regional Fe-

deral e aduziu, em especial, que o percentual foi assegurado por decisão transitada em julgado. O argumento foi rejeitado pela turma e o sindicato apresentará novos recursos aos tribunais superiores para reformar a decisão.”